

EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

é publicada três vezes por ano pelo

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 — Rio de Janeiro — Brasil

Diretor — Anísio S. Teixeira
Co-Diretor — Roberto J. Havighurst (UNESCO)
Diretor Executivo — Pericles Madureira de Pinho
Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais — Jayme Abreu
Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais — Darcy Ribeiro
Coordenador da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério "Educação e Ciências Sociais" — Joaquim Costa Pinto

EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

SUMÁRIO

Editorial	5
A Formação de Atitudes para com a Escola em Migrantes do Interior — Andrew Pearse	9
Formação de Físicos nas Universidades Brasileiras — J. Leite Lopes	55
Formação de Pesquisadores em Física — Jayme Tiomno	65
Origem social e Aspirações Ocupacionais de Ginásianos e Colegiais da Cidade do Salvador. Sondagem em sete Educandários — Luiz Henrique Dias Tavares	75
Problema Social e Problema de Investigação — Oracy Nogueira	93
O Desenvolvimento da Personalidade Moral — Robert J. Havighurst	111
Documentação	129
Noticiário do CBPE (Resenha dos Boletins Mensais de Informação — abril a junho)	163
Resenhas e Sumários	205

d) discussão prévia dos itens e tópicos fundamentais sobre os quais vão incidir as entrevistas e questionários e planejamento deles;

e) escolha de amostras representativas e de fontes informativas idôneas sobre a área em investigação;

f) trabalho de campo;

g) coordenação e crítica do material colhido;

h) redução do trabalho;

Entre as diretrizes básicas de trabalho, a serem consideradas com a necessária ênfase, figuram:

a) necessidades educacionais de comunidade, compreendendo a situação total da mesma;

b) modo como as práticas educativas atuais atendem a essas necessidades;

c) eficácia da política educacional adotada, com o levantamento da correlação entre gastos de dinheiro e energia e resultados obtidos.

d) sugestões de medidas construtivas para aumentar a contribuição da escola à vida da comunidade.

DURAÇÃO DO PROJETO

Prevê-se, caso o projeto siga etapas normais de execução, esteja ele com os relatórios concluídos, prontos para impressão, até 31 de dezembro próximo vindouro.

ENTREVISTA DO PROF. ANISIO TEIXEIRA AO "CORREIO DA MANHÃ" DE 26/3/1958

— "A elevada proporção de reprovações nas escolas superiores não é fenômeno a ser examinado isoladamente", disse ontem à reportagem do Correio da Manhã o prof. Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, respondendo à "enquete" a que este jornal vem procedendo em torno do problema nacional da maior relevância: educação e cultura. "Sem perder de vista que o vestibular às escolas superiores pretende ser um "concurso" e não um "exame" e, deste modo, a escolher os melhores e não apurar a simples habilitação dos candidatos — não tendo à essa luz caráter alarmante as reprovações — a realidade é que a forma e o tipo dos exames vestibulares refletem processos pedagógicos obsoletos e uma filosofia inadequada da escola e do ensino. Confesso ter dificuldade para compreender como se pode ter esquecido, entre nós, quase cinquenta anos de discussão e análise dos processos de verificação e avaliação do ensino. e se continue com um sistema de exame mil vezes condenado, fundado em esforços extenuantes de memória por parte do aluno e na aprovação, afinal de contas, por sorte, tão aleatório é o processo de verificação".

CONCEITO FALHO

— "Tudo, porém", — continua o prof. Anísio Teixeira, — "está preso a um conceito de saber fundamentalmente falso, isto é, de saber já feito e que deve ser decorado. O saber hoje é ele próprio um processo de aprender. O que se deve verificar no aluno não é tanto o que ele sabe, como o modo pelo qual sabe e quanto está habilitado a saber o que ainda não sabe, quer dizer, se aprendeu a aprender o grau de autonomia que vai adquirindo nessa sua capacidade de aprender".

SABIO É SEMPRE ESTUDANTE

— "O sábio de hoje — diz o diretor do INEP — é um permanente estudante. O que sabe, realmente, é estudar e fazê-lo tanto mais eficientemente quanto mais armado estiver para o ofício de estudar e aprender.

Tôda a ênfase do exame se desloca, então, da memória para a inteligência e a arte de estudar. Os exames se fazem com livros e com os

recursos para procurar os conhecimentos, apurando-se a capacidade de resolver os problemas com a própria memória, sem dúvida, mas também com os meios normais de que dispõe qualquer profissional ou qualquer sábio".

PROVOCAÇÕES E AVENTURAS

— "Com o nosso atual processo de exames, toda a ênfase está na memória. Os exames constituem-se em provocações para os capazes e aventura para os despreparados, podendo, no seu jogo de risco e sorte, aprovar os últimos e reprovar os primeiros".

COMPLETAMENTE FALHO

Referindo-se à estrutura atual do curso secundário, o prof. Anísio Teixeira frisou: — "A estrutura do atual curso secundário, é a de um curso enciclopédico, supostamente propedêutico ao ensino superior. Querendo tudo ensinar, pouco ensina de cada coisa e, deste modo, falha em sua finalidade propedêutica, como falha — e aí pela sua própria natureza — na finalidade de cultura geral, que muitos lhe querem emprestar.

O atual curso secundário, nos tempos correntes, não se destina apenas a alguns mas à grande maioria, senão a todos os jovens de uma nação moderna. Por isto mesmo, impõe-se a modificação de sua finalidade e de seus objetivos".

ADAPTAR A ESCOLA AOS TIPOS INDIVIDUAIS

Oferecendo sua sugestão, o prof. Anísio Teixeira continua: "Deve visar o curso secundário, primeiro, a ministrar uma cultura geral, isto é, comum e de natureza utilitária e prática, mais de ciência aplicada, de conhecimentos de uso comum, que de conhecimentos teóricos e especializados. Tal curso, destinado a todos ou quase todos, se diversificaria, segundo os interesses e aptidões dos alunos, podendo para alguns, (talvez cinco por cento do total) assumir o caráter de severo curso acadêmico de preparo para estudos ulteriores, ou sejam, estudos universitários de caráter teórico ou científico ou altos estudos de natureza literária, filosófica ou artística.

Para tal, seria necessário levar o brasileiro a aceitar a idéia das diferenças individuais e adaptar a escola aos tipos de inteligência e aptidão dos alunos, desistindo de impôr a todos o mesmo tipo uniforme de estudos. Cedo ou tarde, chegaremos a um curso geral prático, com ênfase na língua vernácula e em nossa literatura, nas matemáticas, e nas ciências — físicas e sociais — aplicadas, e, ao lado deste curso comum, cursos enriquecidos

com linguas estrangeiras e estudos teóricos para aqueles que se mostrarem interessados e capazes de ensino desta natureza, como ainda cursos especialmente técnicos para os inclinados à especialização tecnológica, de nível médio e superior. A importância da reforma estará em fixar como grande núcleo central a escola comum, prática e de ciência aplicada, para a grande maioria, as modalidades acadêmica e técnica para o menor número. De todas as três, a única que será inevitavelmente propedêutica será a sessão acadêmica, pois estudos deste tipo só se completam no nível superior. As demais sessões teriam finalidades próprias e dariam ao aluno o preparo necessário para um sem número de ocupações de nível médio ou de nível qualificado para o trabalho na indústria. Somente os melhores dentre estes e os da sessão acadêmica deveriam aspirar ao ensino superior, cujos exames vestibulares se fariam com o espírito de apurar a capacidade intelectual mais do que a erudição para os estudos superiores".

CURSOS SUPERIORES

Com respeito à estrutura atual dos cursos superiores, seus defeitos e as providências que deverão ser tomadas para melhorá-la, disse o prof. Anísio Teixeira que com a proliferação das escolas superiores e a improvisação de seu professorado, não há outro meio de remediar a situação senão pela retirada do caráter de liquidez ao valor do diploma: — "Parece-me inevitável — afirmou — criar uma nova instância para a concessão da licença profissional. Ou se dará aos conselhos e às ordens profissionais o direito de procederem à apuração da competência, ou as escolas continuarão a se multiplicar atraídas pela facilidade de conceder diplomas legais e válidos, independente da competência dos diplomados. Somente depois dessa medida é que se poderá pensar em modificar os cursos, os currículos e os métodos e processos do ensino superior".

ENSINO PARTICULAR

No que concerne ao ensino particular, o nosso entrevistado frisou: — "Defendo a organização do ensino público com tal autonomia institucional que, do ponto de vista de eficiência e sentido de responsabilidade, não se distinga ele do privado. Acho mesmo que não deve ser totalmente gratuito senão para os muito inteligentes e privados de recursos. A partir do ensino de nível de colégio, as escolas públicas deveriam cobrar anuidades que cobrissem pelo menos um terço do custo do ensino. Aos capazes e nimamente pobres seriam dadas bolsas de estudo e aos demais facilitado o empréstimo para educação a ser pago depois dos estudos, no número de anos que fôsse necessário. A gratuidade somente seria justa se a todos

fôsse dado êsse ensino, de nível de colégio ou superior. Tais medidas tornariam o ensino público tão sério e responsável quanto o privado, e melhor do que êste, porque altamente subvencionado pelo Estado, poderia ter o nível e a eficiência necessários”.

ENTREVISTAS E ESTAGIOS

Inquirido sôbre a conveniência ou não dos exames psicotécnicos nos candidatos a cursos superiores, o sr. Anísio Teixeira afirmou que preferiria exames objetivos e prolongados, com entrevistas e estágios, conselho dos professores, e possibilidade de correção e revisão de escolhas precipitadas ou erradas. “A escolha das profissões de nível superior — disse — poderia ser facilitada e orientada com um bom serviço de informações a respeito de cada profissão. Situação do mercado de trabalho, escassez e abundância de profissionais, necessidades verificadas e locais onde essas necessidades são maiores, etc.”.

PESQUISA: INSPIRAÇÃO DO SABER MODERNO

— Deve a pesquisa científica constituir parte integrante dos programas universitários? indagamos.

— “A Universidade é um centro de ensino e de pesquisas, mais de ensino que de pesquisas” — respondeu o prof. Anísio Teixeira. “Estas podem ser feitas fora da universidade e só se integram na universidade porque facilitam e inspiram o ensino universitário. Sendo o saber hoje não um saber já feito, mas um saber dominado pelo espírito da pesquisa e da descoberta, se não tivéssemos as pesquisas na Universidade faltar-nos-ia a própria inspiração do saber moderno. Aliás, o próprio saber já elaborado se ensina hoje por métodos muito próximos dos da própria pesquisa”.

DEVEDORES E NÃO CREDORES

Quanto ao amparo do Estado aos diplomados em cursos superiores, professores e homens de ciência, o diretor do INEP afirmou que os diplomados de cursos superiores não deveriam ser amparados, mas amparar-nos a todos. “Eles é que tiveram a melhor parte. Eles é que puderam educar-se até êsse nível. Devem ser gente capaz de produzir e de viver muito bem. Julgo-os mais devedores da sociedade do que seus credores. Esta idéia de amparo está presa à idéia arcaica de que os diplomados de nível superior são criaturas inúteis, destinadas à contemplação do saber e que nos cabe mantê-los, para polimento e glória de nossa civilização. Até os poetas

— quando bons de verdade — podem hoje muito bem ganhar sua vida. Arte e beleza são dos produtos mais procurados por uma civilização desenvolvida”.

COMUNHÃO INTELECTUAL É MAIS COMPLETA

Referindo-se ao fato de o Brasil vir a assumir papel preponderante no mundo, o nosso entrevistado é de opinião que a ciência e a arte podem hoje medrar em qualquer parte do mundo. Os grandes nesses campos são cada vez mais internacionais. — “Nada impede que no Brasil surjam grandes cientistas e artistas. Mas sejam êles brasileiros ou não, o que importa é que hoje toda a humanidade se beneficie com os seus gênios. O nosso planetazinho é cada vez menor e a comunhão intelectual cada vez mais completa”.

TÉCNICA E CIENCIA

No setor da técnica e da ciência, crê o diretor do INEP que entre nós ainda não se atingiu ao grau de maturidade necessária para influir visivelmente na solução dos nossos problemas. Todavia, acredita que chegará o dia em que não somente usaremos a ciência e a técnica estrangeira mas também a criaremos. “E então, sentiremos em sua plenitude a atuação dos cientistas e dos técnicos brasileiros”.

POR UMA ESCOLA PRIMÁRIA ORGANIZADA E SÉRIA PARA FORMAÇÃO BÁSICA DO POVO BRASILEIRO

É a seguinte a íntegra do documento distribuído à imprensa pelo Professor ANÍSIO TEIXEIRA, em 15/4/1958.

"O memorial dos senhores bispos do Rio Grande do Sul reitera afirmações já negadas ou esclarecidas em documento, que muito me honra dos educadores brasileiros da Associação Brasileira de Educação. O seu texto deforma tendenciosamente o meu pensamento, e, a meu ver, não exprime sequer a doutrina Educacional da Igreja. Por exemplo, rebela-se contra o programa de educação primária obrigatória e gratuita, elaborado na reunião de Ministros da Educação, em Lima, patrocinado pela Organização dos Estados Americanos e pela UNESCO, e que teve aprovação formal e veemente de S.S. o Papa.

Assim sendo, julgo desnecessário respondê-lo, valendo-me, entretanto da oportunidade para, mais uma vez, repetir de modo sumário e claro, quais as diretrizes que orientaram toda a minha vida de educador e ainda agora disciplinam a minha atividade no INEP.

A fim de evitar tão reiteradas incompreensões, enuncio as minhas declarações em simples afirmações e negações, que mostram o que propugno e o que combato.

SOU CONTRA

1. Sou contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância.
2. Revolta-me saber que metade da população brasileira não sabe ler e que, neste momento, mais de 7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos não têm escola.
3. Revolta-me saber que dos 5 milhões que estão na escola, apenas 450.000 conseguem chegar à 4ª série, todos os demais ficando frustrados mentalmente e incapacitados para se integrarem em uma civilização industrial e alcançarem um padrão de vida de simples decência humana.

4. Contrista-me verificar a falta de consciência pública para situação tão fundamente grave na formação nacional e o desembaraço com que os poderes públicos menosprezam a instituição básica de educação do povo, que é a escola primária.

5. Aceitando como um dos grandes progressos da consciência brasileira a expansão do ensino médio, que hoje acolhe perto de 1 milhão de adolescentes, lamento a desvinculação desse ensino das exigências da vida comum de uma nação moderna e o seu caráter confuso e enciclopédico de falsa formação acadêmica.

6. Revolta-me ver que de toda essa esplêndida juventude, menos de 5% chegam aos umbrais da universidade, frustrando-se os sacrifícios de centenas de milhares de famílias para lhes dar a educação indispensável a uma habilitação real às tarefas de nível médio que lhes estão sendo oferecidas.

7. Reduzido o ensino, numa pletera de matérias, a um adestramento mecânico para os exames, nem se vêem preparados para a universidade os que logram o diploma, nem os demais, depois de perderem em frustrações sucessivas os anos mais promissores de sua vida, e vêem habilitados para os mais elementares deveres da vida e do trabalho.

8. Choca-me ver o desbarato dos recursos públicos para educação, dispersados em subvenções de toda natureza a atividades educacionais, sem nexos nem ordem, puramente paternalistas ou francamente eleitoreiras.

9. Escandaliza-me ver que numa população de sessenta milhões em marcha para a civilização industrial, apenas um milhão de pessoas tenham ensino secundário completo e apenas 160 mil tenham educação superior, oferecendo-se à juventude brasileira apenas 20.000 vagas para a formação universitária, o que constitui séria ameaça de colapso para o nosso desenvolvimento econômico e cultural.

10. Sou contra a dispersão dos esforços no ensino superior pela multiplicação de escolas improvisadas em vez da expansão e fortalecimento das boas escolas.

SOU A FAVOR

1. Sou a favor de uma escola primária organizada e séria, com seis anos de estudo nas áreas urbanas e quatro na zona rural, destinada à formação básica e comum do povo brasileiro.

11. Sou a favor de uma escola média que continue em nível mais alto, o espírito de educação comum da escola primária, mais preparatória para a vida do que simplesmente propedêutica aos estudos superiores, organizada em torno de um currículo mais simples e verdadeiramente brasileiro, em que a língua nacional, a civilização nacional e a ciência sejam os verdadeiros instrumentos de cultura do aluno.

3. A meu ver, os recursos — sábiamente assegurados pela Constituição à educação — devem ser aplicados como algo de sagrado e à luz de dois critérios básicos: primeiro o de assegurar a cada brasileiro o mínimo fundamental de educação gratuita, isto é, a escola primária; segundo somente custear com recursos públicos a educação pós-primária de alunos escolhidos em livre competição, a fim de que o favor da educação gratuita não se faça meio de manter os privilégios, mas de premiar o esforço e a inteligência dos melhores.

4. Sou a favor de uma educação voltada para o desenvolvimento, que realmente habilite a juventude brasileira à tomada de consciência do processo de autonomia nacional e aparelhe para as tarefas materiais e morais do fortalecimento e construção da civilização brasileira."

MANIFESTO DE 529 EDUCADORES

Foi endereçado ao Professor ANÍSIO TEIXEIRA o seguinte documento:

Os educadores signatários deste documento, conscientes de suas altas responsabilidades na educação da infância e da juventude brasileira, sentem-se no dever de expressar a Vossa Excelência sua solidariedade, no momento em que a opinião pública está mobilizada na apreciação do pensamento educacional de Vossa Excelência e de suas realizações ao campo da cultura nacional.

Esse propósito de externar nossa solidariedade a Vossa Excelência — em quem reconhecemos uma das mais profundas culturas humanísticas de nosso meio e da nossa época, a par de sólida formação profissional e de uma irrefutável vocação democrática, voltada sempre para a defesa dos valores espirituais e materiais da civilização cristã ocidental — é sobretudo motivado pelo desejo de afirmar pontos de vista comuns às diretrizes educacionais que Vossa Excelência, por mais de três décadas, vem defendendo com desassombro, honestidade e patriotismo.

Estamos solidários com Vossa Excelência porque:

— Acreditamos na justiça e sabedoria dos princípios constitucionais que defendem:

"A educação é direito de todos" (art. 166).

"O ensino primário é obrigatório" (art. 168, 1),

"O ensino primário oficial é gratuito para todos" (art. 168, 11) e

"O ensino nos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular", (art. 167).

— Julgamos que, quando a Constituição Brasileira preceitua a educação para todos, surge, como decorrência precipua, o dever do Estado de empenhar o máximo de seus esforços na organização de um sistema educacional capaz de assegurar a todos o direito que a Lei lhes confere. Assume, assim, o Estado, a responsabilidade, a que não poderia obrigar o particular, de dar ensino gratuito a todos quantos dêle precisarem;

— Defendemos o direito à liberdade da iniciativa privada, no campo educacional, e a necessidade de um esforço comum dos órgãos públicos e particulares em prol da educação brasileira, como Vossa Excelência tão claramente afirma em "A educação pública, universal e gratuita — Educação não é privilégio", p. 114:

"Não advogamos o monopólio da educação pelo Estado, mas julgamos que todos têm direito à educação pública e somente os que o quiserem é que poderão procurar a educação privada";

— Confiamos também em que "O interesse e a comovente paixão com que Municípios, Estados e particulares estão a construir prédios, improvisar professores e fundar escolas de todo gênero são, sem dúvida, dignos de amparo e estímulo, a par de diligentes esforços de orientação, sem partipris, sem imposições, oferecida e livre, compreensivamente aceita, a bem do melhor e do mais promissor em progressividade.

Possamos nós descobrir os modos e meios de coordenar tôdas essas energias e canalizá-las para um grande e patriótico esforço nacional, autêntico, planejado e vigoroso". (Anísio Teixeira — Educação e a crise brasileira, p. 72-73). Dentro dessa diretriz, desejamos que o Estado possa manter boas escolas, instaladas em bons prédios, bem aparelhados e providas de professores profissionalmente habilitados, tal como Vossa Excelência vem procurando realizar à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Creemos igualmente na escola, de iniciativa privada ou pública, que visa à harmonia das classes sociais — Escola substancialmente formadora e democrata, em condições de concretizar os ideais da sociedade brasileira. Consideramos da maior gravidade julgar-se tal escola como prerrogativa do socialismo. Estamos convictos de que a democracia é baseada no esclarecimento de todos, tal como o julgavam os educadores dos primórdios da vida democrática americana e eminentes vultos brasileiros republicanos, entre os quais Caetano de Campos, que afirmava: "A República sem a educação inteligente do povo poderia dar-nos, em vez de governo democrático o despotismo das massas, em vez da ordem a anarquia, em vez da liberdade a opressão", (p. 89 e 90 de "Educação não é privilégio").

— "A escola pública não é invenção socialista nem comunista, mas um daqueles singelos e esquecidos postulados da sociedade capitalista e democrática do século XIX". (Anísio Teixeira obra citada, p. 125).

A democracia americana e a fragilidade das instituições político-sociais dos países subdesenvolvidos, de população sem instrução, parecem atestar o acerto dessas afirmações.

— Cremos, ainda, na educação como força renovadora da vida democrática, pelo aproveitamento dos mais capazes, e como elemento de ordem e de estabilidade, proporcionando a todos o máximo de aperfeiçoamento, dentro de sua própria classe, a fim de não abalar a estrutura social por uma ascensão indiscriminada, tal como Vossa Excelência expõe na conferência "A escola brasileira e a estabilidade social", pronunciada no Clube de Engenharia.

— Acreditamos, igualmente, que essas condições de ordem e de estabilidade "numa sociedade democrática são mantidas por critérios conscientes de valor e hierarquia", através de "uma lenta impregnação que a família

e a classe promovem e a escola, quando, como as duas primeiras, se faz forma de vida comum, com atividades de participação e de integração, também pode promover". (A Escola brasileira e a estabilidade social).

— Participamos conscientemente da grave preocupação de Vossa Excelência ao analisar o estado da educação brasileira em que, para uma população de 12 milhões de crianças em idade escolar, 7 milhões não são atendidas, nem por escolas públicas, nem por particulares, e dos 5 milhões que recebem educação primária somente 450 mil chegam à quarta série, segundo os dados oficiais. Causa-nos também apreensões pensar nas consequências que poderão advir se perdurar essa situação atentatória à dignidade humana e aos princípios democráticos, situação que Vossa Excelência vem combatendo e que poderá gerar transformações sociais violentas e desordenadas.

Esses postulados que norteiam a política educacional de Vossa Excelência na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos são os mesmos que aprendemos a cultivar através das lições de nossos mestres, nos exemplos dos grandes vultos da democracia brasileira, no seio de nossas famílias e das instituições culturais e religiosas que influíram em nossa formação de educadores. Por isso mesmo, nos sentimos no dever de reafirmar, neste documento, o nosso respeito ao educador e ao homem público que, com tanta lucidez e pertinácia, vem buscando realizar uma obra educacional alicerçada nas tradições e nas aspirações da vida brasileira.

Distrito Federal, 22 de abril de 1958."

Os Signatários:

M. B. Lourenço Filho, Dirceu Quintanilha, Frederico Trotta, Laudinia Trotta, Carlos Flexa Ribeiro, Nóbrega da Cunha, Eunice Weaver, Adalberto Menezes de Oliveira, Antônio Carneiro Leão, José Augusto, Alair Acieli Antunes, Renata Medela Braga, Arthur Noses, Artobella Frederico, Alfredina de Souza Lobo Sommer, Miguel Dadário, Dinorah Vital Brasil, Alvaro Kilmerry, Joaquim Elydio da Silveira, Osvaldo Coeldi, Beatriz Osório, Ruth Gouvêa, Helena Dias Carneiro, Dina Fleisher Venâncio Filho, James B. Vieira da Fonseca, Adolphina Portella Bonapaco, Arthur Bernardes Weiss, Ofélia Boisson Cardoso, Nilson Storino Laplana, Clarice Lourdes das Neves, Eleonora Lobo Ribeiro, Guida Nedda Barata, Fábio Mello Freixieiro, Mauricio Silva Santos, Geraldo de Sampaio de Souza, Niel Aquino Casses, Thales de Melo Carvalho, Brisolva Queirós, Heloisa Marinho, Irene de Albuquerque, Geralda do Valle Novaes, Circe de Carvalho Pio Borges, Zoé Laet de Barros, Onofre Penteadó, Olavo Guimarães, Aluisio Machado, Osmar Dias, Hélio Marques da Silva, Alcias Martins de Attayde, George Soutinho Mattos, Carlos Shankrov Maia, Maria Helena Machado, Guilhermina Sette e Rodolpho Arbitti.

Seguem assinaturas num total de 529.

CONHEÇA O MINISTÉRIO O CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

A publicação do Setor de Divulgação do Ministério da Educação e Cultura n° 10 (março e abril, 1958) inseriu a seguinte reportagem com o título acima:

"As REVOLUCIONARIAS campanhas iniciadas, em 1952, pelo prof. Anísio Teixeira, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, lançaram o Brasil numa fase de maior seriedade e preocupação no que se relaciona com a educação nacional. Até então, prevaleciam os métodos arcaicos e reacionários; dogmas presidiam a política educacional do País.

A iniciativa no INEP constituiu-se no ponto de partida de uma solução racional do problema. Este, atualmente é tratado frontal e corajosamente, com a utilização das ciências sociais na procura do ensino adequado, do método pedagógico que melhor se adapta a cada Estado ou Região, de acôrdo com as suas características econômico-sociais. Essa tarefa vem sendo executada pelo CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS, órgão criado em 1955 e hoje centro de uma organização que se estende por todo o Brasil.

CONHECER O GRUPO A EDUCAR

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais promove investigações sobre a origem e estágio social da coletividade a educar. Somente após perfeito conhecimento da zona recenseada, das tradições comerciais e ocupacionais da região, suas tendências no espaço e no tempo, é o que os técnicos do CBPE recomendam ao Ministério da Educação e Cultura a adoção de um método de ensino para determinada clientela.

O Centro de Pesquisas recebe colaboração dos Centros Regionais existentes em Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Pôrto Alegre, e com eles mantém permanente contacto, trocando informações e experiências. É claro que, diante da extensão territorial do Brasil, as unidades de pesquisa existentes não bastam para atender às exigências da enorme tarefa, obrigando a contratação de pedagogos para o levantamento de regiões não cobertas por esses Centros Regionais.

EXPERIÊNCIA ORIGINAL

Embora não agrade ao Dr. Péricles Madureira de Pinho, dizer que o CBPE é uma experiência original do mundo inteiro, podemos creditar essa inovação em favor do nosso País. Sensato, o Diretor-Executivo do Centro de Pesquisas Educacionais evita essa formulação, por considerá-la pretenciosa e passível de exageros ufanistas. Não esconde, porém, já ter sido a instituição procurada por pedagogos de países mais avançados, inclusive delegados da UNESCO. Estagiários estrangeiros realizaram cursos, estudaram o mecanismo que rege o aperfeiçoamento do professorado primário e normal, a técnica de confecção e distribuição de livros, cartilhas e revistas destinadas às campanhas regionais, a aplicação dos métodos educacionais apropriados a determinadas zonas.

Muitos já foram os especialistas europeus e americanos que visitaram o CBPE e as declarações a respeito do seu funcionamento valem como aprovação do acerto que orientou a sua criação.

CAMPANHAS E VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO

O CBPE tem na Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, na Divisão de Pesquisas Educacionais, na Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério e no Centro de Documentação Pedagógica as suas principais peças de ação. Através desses Departamentos é que realiza a tarefa de aperfeiçoar o aparelho educacional do País, utilizando-se dos recursos que as ciências sociais oferecem para um trabalho perfeito e de fôlego.

Na sede da Rua Voluntários da Pátria funciona a biblioteca com 35.000 volumes. São obras, em sua maioria, sobre a experiência brasileira, mas não faltam os trabalhos dos pedagogos estrangeiros que já fizeram incursões nesse campo. O Centro mantém correspondência com professores e estudiosos de todos os pontos do País e com entidades similares de grande parte do mundo. No seu salão de leitura é comum encontrar-se uma revista sobre o ensino numa longínqua vila do Amazonas, lado a lado com publicações francesas, suécas, polonesas ou rumenas, tratando da educação na zona rural. Esse material todo, é claro, pouco significaria se não chegasse às mãos dos mestres espalhados pelos rincões brasileiros. Isto, entretanto, não acontece, pois uma vasta rede de distribuição leva a todos eles os conhecimentos contidos nas brochuras e cartilhas ou no equipamento destinado à educação audio-visual.

INTERCAMBIO DE EXPERIÊNCIAS

Apesar de administrativamente autônomos, os responsáveis pelos Centros Regionais reúnem-se duas vezes por ano, com o Diretor do CBPE, para apreciar os relatórios elaborados em cada Região. Com base nesses trabalhos regionais, o Centro estabelece sua política educacional, sugerindo sua aplicação ao Ministério da Educação e Cultura.

O lançamento de novos métodos pedagógicos é feito por meio de campanhas especiais, que visam a ganhar professores, alunos e autoridades locais para a inovação, pois, de início, esta nem sempre recebe a aprovação geral.

A aplicação das ciências sociais em benefício de uma educação mais eficiente e racional revelou-se de uma utilidade inestimável, em nosso País. A existência do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais é relativamente recente mas já provou sua importância e, necessidade até, da sua ampliação. Enfim, como disse o Dr. Péricles Madureira de Pinho, "o Centro ainda não mostrou tudo de que é capaz mas já justificou sua criação como poderoso instrumento para indicar ao País a Escola de que necessitamos".